

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance do Banco nos semestres findos nestas datas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano se iniciou com a posse do presidente Jair Bolsonaro e com a expectativa de que o novo governo, que assumiu com o compromisso de uma agenda de ajuste fiscal, levasse adiante a crucial reforma da previdência e ao mesmo tempo colocasse a economia novamente em condições de apresentar crescimento sustentado mais forte.

A despeito da boa avaliação inicial tanto da equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, quanto da agenda proposta, no decorrer do semestre as dificuldades para a tramitação da reforma da previdência passaram a exigir foco total do governo. Assim, a agenda paralela, com foco em desregulamentação e desburocratização da economia, simplificação tributária, privatizações e concessões, investimentos na melhoria da área de infraestrutura e abertura comercial, acabou sendo colocada em segundo plano.

Apesar das dificuldades da articulação política para garantir a tramitação da reforma no Congresso, chegou-se ao fim do semestre com a expectativa de aprovação de uma reforma robusta, com uma economia prevista para os próximos 10 anos consideravelmente acima do inicialmente esperado pelo consenso de mercado e perspectiva de aprovação potencial em 1º turno no plenário da Câmara antes do recesso parlamentar.

O foco na reforma em detrimento da agenda de crescimento, entretanto, cobrou seu preço. O nível de atividade econômica, na falta de estímulos concretos adicionais, não sustentou as previsões otimistas do início do ano. O PIB no 1º trimestre recuou 0,2% em relação ao último trimestre de 2018 e as previsões para o 2º trimestre indicam um incremento apenas ligeiramente superior a zero.

Em paralelo, o cenário internacional também se mostrou bastante adverso no decorrer do 1º semestre. Em meio à continuidade da indefinição no conflito comercial entre Estados Unidos e China, o quadro de elevadas incertezas continuou a pesar sobre o cenário global, afetando negativamente as expectativas de crescimento ao redor do mundo. Respondendo a esse cenário, os principais bancos centrais optaram por sinalizar de forma mais explícita a disposição de proverem um ambiente de maior liquidez adiante, se e quando necessário.

No Brasil, esse ambiente de desaquecimento da economia global e maior liquidez corroborou o quadro de menor risco inflacionário derivado da decepção com o ritmo de crescimento doméstico e, com o aumento concreto das chances de aprovação da reforma da previdência, permitiu à autoridade monetária sinalizar a possibilidade de também iniciar aqui um ciclo de afrouxamento monetário.

A expectativa para o 2º semestre é aprovação da reforma da previdência pelo Senado ao redor de outubro, e de que o governo possa se voltar à agenda de crescimento econômico, com algumas medidas pontuais com efeito de curto prazo (como a liberação de recursos do FGTS, por exemplo) e mais foco em uma agenda de longo prazo (incentivo ao investimento, desestatização, energia, infraestrutura, medidas de auxílio a estados e municípios e reforma administrativa). Passada a aprovação da reforma da previdência, o governo também se voltará para levar adiante a reforma tributária, de trâmite igualmente difícil, e que deve dominar as discussões do Congresso no 2º semestre, embora sem chances concretas de aprovação no curto prazo.

Com elevados índices de desemprego e ociosidade na economia, gastos públicos e demanda externa comprometidos, muito da retomada esperada no 2º semestre e também adiante dependerá da retomada da confiança entre os agentes quanto à capacidade do governo de implementar a contento sua agenda de longo prazo. A expectativa para o crescimento da economia este ano aponta para uma expansão de 0,8% no PIB, já considerando o impulso esperado de curto prazo com a liberação de recursos do FGTS e um provável ciclo de corte de juros de 100pp. na taxa Selic pelo Copom no decorrer do 2º semestre.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES
Resultado do semestre

O lucro líquido do Banco atingiu R\$ 28.035 mil no semestre (2018 R\$ 26.408 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 3,92% (2018 3,79%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.443.123 mil (2018 R\$ 1.405.468 mil). A cada lote de mil ações do capital social do Banco correspondeu o lucro líquido de R\$ 316,55 (2018 R\$ 298,06).

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.327 mil (2018 R\$ 8.279 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 151,68 (2018 R\$ 235,75) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras nº 12 letra "b".

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.463.448 mil ao final do semestre (30/06/2018 R\$ 1.411.850 mil).

O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 16.524,19 (30/06/2018 R\$ 15.935,00).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R\$ 697.200 mil mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 18.200 mil.

Conforme autorização do Conselho de Administração, o Banco adquiriu no semestre o total de 36.600 ações ordinárias, em Bolsa de Valores e a preços de mercado para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 20,11% (30/06/2018 19,21%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Rating

O Banco e demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

- Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.
- Moodys: "NP" para depósito global de curto prazo em moeda local, "Ba2" para depósito global de longo prazo em moeda local, "NP" para depósito de curto prazo em moeda estrangeira, "Ba3" para depósito de longo prazo em moeda estrangeira, "BR-1" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

Recursos captados e administrados

O volume de recursos captados e administrados pelo Banco atingiu R\$ 19.281.502 mil (30/06/2018 R\$ 17.749.633 mil) ao final do semestre. Esses recursos estavam representados por R\$ 2.242.833 mil (30/06/2018 R\$ 1.609.116 mil) incluindo depósitos interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.780.287 mil (30/06/2018 R\$ 1.495.110 mil) em captações no mercado aberto; R\$ 7.175.088 mil (30/06/2018 R\$ 6.312.097 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 322.311 mil (30/06/2018 R\$ 309.896 mil) em empréstimos obtidos no país; R\$ 42.262 mil (30/06/2018 R\$ 181.983 mil) em empréstimos obtidos no exterior; R\$ 861.813 mil (30/06/2018 R\$ 868.856 mil) em repasses do BNDES, R\$ 111.297 mil (30/06/2018 R\$ 15.705 mil) em repasses no exterior e R\$ 6.745.611 mil (30/06/2018 R\$ 6.956.870 mil) em fundos de investimentos e carteiras administradas.

Ativos e empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 14.146.958 mil (30/06/2018 R\$ 12.305.782 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez e a carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiram R\$ 9.506.868 mil (30/06/2018 R\$ 8.059.491 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 4.120.806 mil (30/06/2018 R\$ 3.507.130 mil), correspondente a 29,1% (30/06/2018 28,5%) dos ativos totais. Representada, principalmente, por 84,2% (30/06/2018 80,9%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira, 13,8% (30/06/2018 13,4%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Banco manteve a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 2.218.956 mil (30/06/2018 R\$ 2.732.867 mil).

A carteira de crédito incluindo relações interfinanceiras e garantias prestadas atingiu o saldo de R\$ 5.412.595 mil (30/06/2018 R\$ 4.948.505 mil). Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito, demonstrada pela concentração de 99,6% (30/06/2018 99,0%) das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" e "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência. O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 12.934 mil (30/06/2018 R\$ 21 mil).

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 44.997 mil (30/06/2018 R\$ 63.962 mil) correspondente a 1,3% (30/06/2018 2,0%) do total da carteira de crédito e 60,6% (30/06/2018 61,3%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras do Banco, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 08/08/2019, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2019.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Banco ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

A DIRETORIA

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 08 de agosto de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - EM R\$ MIL

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
Circulante	9.533.377	7.233.873	Circulante	8.247.715	5.346.759
Disponibilidades	3.127	5.431	Depósitos (Nota 09)	2.023.484	1.569.590
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03)	3.214.752	1.688.391	Depósitos Interfinanceiros	1.973.765	1.489.019
Aplicações no Mercado Aberto	922.076	875.008	Depósitos a Prazo	49.719	80.571
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.292.676	813.383	Captações No Mercado Aberto (Nota 09)	1.780.287	1.495.110
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	3.836.722	3.027.599	Carteira Própria	1.780.287	680.043
Carteira Própria	1.929.984	2.250.809	Carteira de Terceiros	-	815.067
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.787.451	680.251	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	3.680.474	1.650.926
Vinculados à Prestação de Garantias	114.399	94.012	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	3.680.474	1.650.926
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	4.888	2.527	Relações Interdependências	20.135	22.279
Relações Interfinanceiras (Nota 05)	187.231	15.711	Recursos em Trânsito de Terceiros	20.135	22.279
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	100.179	-	Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	364.573	181.983
Repasse Interfinanceiros	87.052	15.711	Empréstimos no País - Outras Instituições	322.311	-
Operações de Crédito (Nota 05)	1.204.642	1.374.458	Empréstimos no Exterior	42.262	181.983
Carteira - Setor Privado	1.215.995	1.404.816	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 09)	196.972	361.117
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(11.353)	(30.358)	BNDES	91.074	236.043
Outros Créditos	1.073.618	1.121.427	FINAME	105.898	125.074
Carteira de Câmbio (Nota 06)	99.149	179.016	Obrigações por Repasses no Exterior (Nota 09)	86.094	15.705
Rendas a Receber	4.707	3.659	Repasse no Exterior	86.094	15.705
Negociação e Intermediação de Valores	131	784	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	4.440	1.144
Diversos (Nota 07)	985.596	957.474	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.440	1.144
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	(15.965)	(19.506)	Outras Obrigações	91.256	48.905
Outros Valores e Bens	13.285	856	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	813	340
Outros Valores e Bens	12.102	46	Carteira de Câmbio (Nota 06)	49.598	4.761
Despesas Antecipadas	1.183	810	Sociais e Estatutárias	11.220	13.462
Realizável a Longo Prazo	3.688.912	4.174.293	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	6.057	4.445
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 03)	2.163.402	2.852.608	Negociação e Intermediação de Valores	959	661
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.163.402	2.852.608	Diversas (Nota 10b)	22.609	25.236
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 04)	291.992	490.893	Exigível a Longo Prazo	4.428.322	5.540.917
Carteira Própria	288.972	482.058	Depósitos (Nota 09)	219.349	39.526
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	3.020	8.835	Depósitos Interfinanceiros	-	10.314
Relações Interfinanceiras (Nota 05)	25.218	-	Depósitos a Prazo	219.349	29.212
Repasse Interfinanceiros	25.218	-	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 09)	3.494.614	4.661.171
Operações de Crédito (Nota 05)	1.102.457	734.532	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	3.494.614	4.661.171
Carteira - Setor Privado	1.114.911	748.630	Obrigações por Empréstimos (Nota 09)	-	309.896
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(12.454)	(14.098)	Empréstimos no País - Outras Instituições	-	309.896
Outros Créditos	98.759	96.257	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 09)	664.841	507.739
Diversos (Nota 07)	103.984	96.257	BNDES	435.328	213.981
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 05)	(5.225)	-	FINAME	229.513	293.758
Outros Valores e Bens	7.084	3	Obrigações por Repasses no Exterior (Nota 09)	25.203	-
Despesas Antecipadas	7.084	3	Repasse do Exterior	25.203	-
Permanente	924.669	897.616	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17)	25	53
Investimentos	917.880	890.366	Instrumentos Financeiros Derivativos	25	53
Participações em Controladas - No País (Nota 19)	917.827	890.313	Outras Obrigações	24.290	22.532
Outros Investimentos	242	242	Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	903	216
(Provisão para Perdas)	(189)	(189)	Diversas (Nota 10b)	23.387	22.316
Imobilizado de Uso	5.819	6.084	Resultados de Exercícios Futuros	7.473	6.256
Imóveis de Uso	2.897	2.897	Resultados de Exercícios Futuros	7.473	6.256
Outras Imobilizações de Uso	11.225	10.801	Patrimônio Líquido	1.463.448	1.411.850
(Depreciação Acumulada)	(8.303)	(7.614)	Capital: (Nota 12a)	697.200	679.000
Intangível	970	1.166	De Domiciliados no País	646.869	628.843
Ativos Intangíveis	2.637	2.485	De Domiciliados no Exterior	50.331	50.157
(Amortização Acumulada)	(1.667)	(1.319)	Reservas de Capital	12.264	12.264
Total Geral do Ativo	14.146.958	12.305.782	Reservas de Lucros (Nota 12c)	754.204	730.787
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(10.201)
			Ações em Tesouraria	(220)	-
			Total Geral do Passivo	14.146.958	12.305.782

DE INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM R\$ MIL
Semestres findos em 30 de junho

Ouviodoria: 0800-7220140

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EM R\$ MIL
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira	420.226	417.266
Operações de Crédito (Nota 13)	115.475	122.065
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	311.597	257.164
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 17f)	(11.076)	7.802
Resultado de Operações de Câmbio	4.230	30.235
Despesas da Intermediação Financeira	(378.142)	(399.952)
Operações de Captação no Mercado	(330.456)	(295.268)
Operações de Empréstimos e Repasses	(37.166)	(87.233)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 05e)	(10.520)	(17.451)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	42.084	17.314
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.160)	12.223
Receitas de Prestação de Serviços	21.620	24.434
Rendas de Tarifas Bancária	400	721
Despesas de Pessoal	(36.332)	(31.132)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18a)	(17.743)	(17.647)
Despesas Tributárias	(5.075)	(4.239)
Resultado de Participações em Controladas (Nota 19)	9.026	17.605
Outras Receitas Operacionais (Nota 18b)	32.698	26.995
Outras Despesas Operacionais (Nota 18c)	(7.754)	(4.514)
Resultado Operacional	38.924	29.537
Resultado não Operacional	133	44
Resultado antes da Tributação e Participações	39.057	29.581
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 08)	(9.031)	(1.258)
Provisão para Imposto de Renda	(5.521)	(2.011)
Provisão para Contribuição Social	(3.655)	(1.719)
Ativo Fiscal Diferido	145	2.472
Participações no Lucro	(1.991)	(1.915)
Empregados	(1.991)	(1.915)
Lucro Líquido	28.035	26.408
Lucro Por Lote de Mil Ações - R\$	316,55	298,06

	2019	2018
1. Receitas	464.557	452.009
Intermediação Financeira	420.226	417.266
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	22.020	25.155
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.520)	(17.451)
Outras Receitas Operacionais	32.698	26.995
Resultados não Operacionais	133	44
2. Despesas da Intermediação Financeira	367.622	382.501
3. Materiais e Serviços Adquiridos de Terceiros	22.652	19.082
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	502	843
Serviços de Terceiros	22.150	18.239
4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	74.283	50.426
5. Depreciação, Amortização e Exaustão	760	668
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	73.523	49.758
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	9.026	17.605
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.026	17.605
8. Valor Adicionado Total a Distribuir (6+7)	82.549	67.363
9. Distribuição do Valor Adicionado	82.549	67.363
Pessoal	32.259	27.309
Remuneração Direta	26.925	22.419
Benefícios	2.994	3.024
F.G.T.S.	2.340	1.866
Impostos, Taxas e Contribuições	20.170	11.235
Federais	19.284	10.719
Estaduais	20	17
Municipais	866	499
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.085	2.411
Aluguéis	2.085	2.411
Remuneração de Capitais Próprios	28.035	26.408
Juros sobre o Capital Próprio	5.327	8.279
Lucros Retidos do Semestre	22.708	18.129

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL
Semestres findos em 30 de junho

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM R\$ MIL
Semestres findos em 30 de junho

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	653.000	14.167	738.658	261	(618)	-	1.405.468
Aumento de Capital AGE 19/04/2018	26.000	-	(26.000)	-	-	-	-
Outros Eventos:							
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	(1.285)	-	(1.285)
Cancelamento de Ações Próprias	-	(1.903)	-	-	1.903	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	(10.462)	-	-	(10.462)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	26.408	26.408
Destinações:							
Reservas	-	-	18.129	-	-	(18.129)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(8.279)	(8.279)
Saldos em 30/06/2018	679.000	12.264	730.787	(10.201)	-	-	1.411.850
Mutações do Período	26.000	(1.903)	(7.871)	(10.462)	618	-	6.382
Saldos em 31/12/2018	679.000	12.264	749.696	2.163	-	-	1.443.123
Aumento de Capital AGE 25/04/2019	18.200	-	(18.200)	-	-	-	-
Outros Eventos:							
Aquisição de Ações Próprias	-	-	-	-	(220)	-	(220)
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	(2.163)	-	-	(2.163)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	28.035	28.035
Destinações:							
Reservas	-	-	22.708	-	-	(22.708)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(5.327)	(5.327)
Saldos em 30/06/2019	697.200	12.264	754.204	-	(220)	-	1.463.448
Mutações do Período	18.200	-	4.508	(2.163)	(220)	-	20.325

	2019	2018
Atividades Operacionais	28.035	26.408
Lucro Líquido do Semestre	28.035	26.408
Ajustes ao Lucro Líquido	3.640	1.338
- Depreciações e Amortizações	760	668
- Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.026)	(17.605)
- Provisão para Perda de TVM com Características de Crédito	(795)	237
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.520	17.451
- Provisão de Passivos Contingentes	3.329	1.594
- Atualização de Depósitos Judiciais	(1.148)	(1.007)
(Aumento/Redução) dos Ativos Operacionais	(1.193.776)	396.411
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(792.078)	(354.017)
Títulos e Valores Mobiliários	137.816	541.506
Relações Interfinanceiras	(111.024)	(9.542)
Operações de Crédito	(211.128)	612.986
Outros Créditos	(198.681)	(394.111)
Outros Valores e Bens	(7.745)	(411)
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(11.136)	-
Alienação de Bens não de Uso Próprio	200	-
Aumento/(Redução) dos Passivos Operacionais	1.298.455	208.742
Depósitos	331.575	(144.674)
Captações no Mercado Aberto	275.231	(155.451)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	688.424	848.266
Relações Interdependências	(20.245)	1.267
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(22.712)	(286.606)
Instrumentos Financeiros Derivativos	285	(52.213)
Outras Obrigações	51.318	6.885
Resultados de Exercícios Futuros	140	(3.593)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.561)	(5.139)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais	136.354	632.899
Atividades de Investimentos	-	-
Aquisição de Imobilizados de Uso	(419)	(1.367)
Aplicações no Intangível	(114)	(25)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	1.648	257
Alienação de Investimento	1	-
Alienação de Imobilizados de Uso	11	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	93.476	(78.271)
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades de Investimento	94.603	(79.406)
Atividades de Financiamentos	(220)	(1.285)
Aquisição de Ações Próprias	(220)	(1.285)
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(9.805)	(9.185)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	(10.025)	(10.470)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes	220.932	543.023
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre	715.885	340.037
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre	936.817	883.060
Aumento de Caixa e Equivalentes	220.932	543.023

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 - EM R\$ MIL

(01) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Atividade e estrutura do Grupo: O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíram o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento - CFI, Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial). O Conglomerado Financeiro Alfa é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco") é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda. Além destas entidades, o Conglomerado Financeiro Alfa é integrado pela Financeira Alfa S.A. - CFI e o Banco Alfa S.A. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. - CFI são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros. O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos. O controlador do Banco Alfa de Investimento S.A. possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hoteleria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach). **(b) Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 07/08/2019 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 08/08/2019. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(02) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado Financeiro Alfa. **(a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia com receita, e, a partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art. 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas

Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nº 05 "b" e 17). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 05 "d"). **(c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata dia*. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos financeiros derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002, são classificados de acordo com sua natureza em: • *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; • *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. O Banco não realizou, até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de *hedge* de fluxo de caixa. O Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 17, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de *swap* registrados na B3, classificados como *hedge* de risco de mercado, tendo como objeto operações de empréstimos obtidos em moeda estrangeira. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3. As operações de captação designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (Dólar x DI) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção

(*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 17 destas demonstrações financeiras. **(e) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: • Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 19). • Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%. • Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **(g) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20% para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 08 "b"). **(h) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 05 "e"); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 17); • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 08 "b"); e • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **(i) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429, de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos contingentes - fiscais e previdenciárias, cíveis, trabalhistas e prestação de garantias (nota explicativa nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. O Banco constitui provisão para coobrigações e riscos em garantias prestadas conforme Resolução BACEN nº 4.512, de 28/07/2016, vide nota explicativa nº 11. **(j) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(03) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Composição de aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 30/06/2018
Aplicações no mercado aberto:						
Títulos públicos do tesouro nacional	922.076	-	-	-	922.076	875.008
Posição bancada	922.076	-	-	-	922.076	59.941
Posição financiada	-	-	-	-	-	815.067
Aplicações em depósitos interfinanceiros	789.384	1.496.778	2.158.096	5.306	4.449.564	3.663.370
- de ligadas	789.384	1.496.778	2.158.096	5.306	4.449.564	3.663.370
Aplicações em moedas estrangeiras	6.514	-	-	-	6.514	2.621
Total	1.717.974	1.496.778	2.158.096	5.306	5.378.154	4.540.999
% Concentração por prazo	32,0%	27,8%	40,1%	0,1%	100,0%	

(04) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2019	30/06/2018
Títulos do tesouro nacional	1.569.790	2.064.360
Letras financeiras do tesouro	590.512	211.150
Letras do tesouro nacional	979.278	1.499.631
Notas do tesouro nacional	-	353.579
Ações de companhias abertas	-	19.316
Notas promissórias	158.328	159.963
Debêntures	283.208	180.368
Cédulas do produto rural	207.630	308.860
Títulos livres	2.218.956	2.732.867
Títulos do tesouro nacional	1.901.850	774.263
Letras financeiras do tesouro	114.399	774.263
Letras do tesouro nacional	1.787.451	-
Títulos vinculados	1.901.850	774.263
Total - Títulos e valores mobiliários	4.120.806	3.507.130
Swaps - diferencial a receber	7.908	10.097
Prêmios de opções a exercer	-	1.265
Total - Instrumentos financeiros derivativos (i)	7.908	11.362
TOTAL GERAL	4.128.714	3.518.492

(i) Vide detalhes na nota explicativa nº 17.

(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento:

	30/06/2019					Valor de custo (b.1)
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo Contábil	
Títulos do tesouro nacional	219.946	2.326.836	754.841	170.017	3.471.640	3.466.909
Letras financeiras do tesouro	-	63.559	471.335	170.017	704.911	704.749
Letras do tesouro nacional	219.946	2.263.277	283.506	-	2.766.729	2.762.160
Debêntures	-	-	79.927	-	79.927	79.939
Títulos para negociação (b.2)	219.946	2.326.836	834.768	170.017	3.551.567	3.546.848
Notas promissórias	105.472	15.857	36.999	-	158.328	158.328
Debêntures	-	-	115.362	87.919	203.281	203.281
Cédulas do produto rural	57.931	101.007	48.692	-	207.630	207.630
Títulos mantidos até o vencimento	163.403	116.864	201.053	87.919	569.239	569.239
Títulos e valores mobiliários	383.349	2.443.700	1.035.821	257.936	4.120.806	4.116.087
% Concentração por prazo	9,3%	59,3%	25,1%	6,3%	100,0%	
Total em 30/06/2018	2.311.146	538.082	347.833	310.069	3.507.130	
% Concentração por prazo	66,0%	15,3%	9,9%	8,8%	100,0%	

(b.1) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (b.2) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. Os títulos foram classificados nas categorias: - "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Títulos e Valores Mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas. (i) O ajuste positivo dos títulos para negociação no montante de R\$ 4.719 (30/06/2018 R\$ 124 ajuste negativo), obtido entre os valores de custo R\$ 3.546.848 (30/06/2018 R\$ 2.485.168) e de mercado R\$ 3.551.567 (30/06/2018 R\$ 2.485.044), foi registrado sob o título de "resultado com títulos e valores mobiliários". (ii) Durante o 1º semestre, o Banco vendeu todos os títulos classificados como disponíveis para venda com os respectivos efeitos registrados no resultado do período. Em 30/06/2018, o ajuste negativo dos títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 11.357, obtido entre os valores de custo R\$ 564.620 e de mercado R\$ 553.263 foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. - "Títulos mantidos até o vencimento": classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 568.913 (30/06/2018 R\$ 468.315). Em fevereiro/19, houve a recompra de uma nota promissória por parte do emissor no valor de R\$ 133.012. Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no Selic e as ações na CBL.

(c) Composição de títulos vinculados:

	30/06/2019	30/06/2018
Vinculados a operações compromissadas	1.787.451	680.251
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	91.758	73.713
Títulos dados em garantia de operações de <i>clearing</i> de câmbio	21.653	19.102
Títulos dados em garantia em ações judiciais	988	1.197
Total	1.901.850	774.263

(05) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Composição da carteira de crédito:

	30/06/2019	30/06/2018
Empréstimos	1.090.010	895.091
Financiamentos	1.239.509	1.250.424
Financiamentos rurais	1.387	7.931
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados (i)	51.339	154.294
Outros créditos (ii)	952.301	913.853
Total da carteira	3.334.546	3.221.593
Relações interfinanceiras	212.449	15.711
Garantias prestadas (iii)	1.865.600	1.711.201
Total geral	5.412.595	4.948.505

(i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados no balanço como redutores de "outras obrigações - carteira de câmbio" acrescidas das rendas a receber de adiantamentos concedidos que se encontram registrados na rubrica "outros créditos - carteira de câmbio" (vide nota explicativa nº 06). (ii) Outros créditos incluem títulos e créditos a receber (vide nota explicativa nº 07). (iii) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação (vide nota explicativa nº 11 "d"). O Banco realiza operações de captação através de "letras de crédito do agronegócio" classificadas no grupo "recursos de aceites e emissão de títulos", conforme descrito na nota explicativa nº 09, lastreadas na data destas demonstrações financeiras no montante de R\$ 770.474 (30/06/2018 R\$ 701.839), sendo R\$ 561.020 (30/06/2018 R\$ 390.323) por operações de crédito e R\$ 209.454 (30/06/2018 R\$ 311.516) por títulos de crédito (classificados no grupo "títulos e valores mobiliários").

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

	30/06/2019		30/06/2018	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Rural	34.351	1,0	35.523	1,1
Indústria	1.794.565	53,8	1.814.786	56,3
Comércio	520.383	15,6	379.995	11,8
Instituições financeiras	141.519	4,2	-	-
Serviços	843.439	25,4	990.706	30,8
Pessoas físicas	289	-	583	-
Total da carteira	3.334.546	100,0	3.221.593	100,0

(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

	30/06/2019				30/06/2018			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
até 180 dias	1.708.509	1.174	1.709.683	51,3	1.948.974	13	1.948.987	60,3
de 181 a 360 dias	500.610	-	500.610	15,0	523.990	-	523.990	16,3
acima de 360 dias	1.112.493	-	1.112.493	33,4	748.608	-	748.608	23,2
Total vincendas	3.321.612	1.174	3.322.786	99,7	3.221.572	13	3.221.585	100,0
até 60 dias	-	533	533	-	-	8	8	-
de 61 a 180 dias	-	11.227	11.227	0,3	-	-	-	-
Total vencidas	-	11.760	11.760	0,3	-	8	8	-
Total da carteira	3.321.612	12.934	3.334.546	100,0	3.221.572	21	3.221.593	100,0

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco: A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2019					30/06/2018				
	Saldo da Carteira de Crédito		Provisão		Mínima Exigida Contábil	Saldo da Carteira de Crédito		Provisão		Mínima Exigida Contábil
	A Ven- cer (i)	Venci- dos	Total	A Ven- cer (i)		Venci- dos	Total			
AA	1.434.145	-	1.434.145	-	-	1.465.295	-	1.465.295	-	-
A	667.254	-	667.254	3.336	3.336	589.288	-	589.288	2.946	2.946
B	811.995	-	811.995	8.120	8.120	658.042	3	658.045	6.580	6.580
C	408.218	93	408.311	12.249	27.153	476.220	-	476.220	14.287	32.336
D	-	-	-	-	-	3.069	18	3.087	309	926
E	-	10.516	10.516	3.155	5.225	-	-	-	-	-
F	-	2.325	2.325	1.163	1.163	28.275	-	28.275	14.138	19.791
H	-	-	-	-	-	1.383	-	1.383	1.383	1.383
Total	3.321.612	12.934	3.334.546	28.023	44.997	3.221.572	21	3.221.593	39.643	63.962

(i) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	1º semestre	
	2019	2018
Saldo inicial do semestre	44.531	49.463
Complemento líquido de reversão	10.520	17.451
Baixas líquidas dos valores recuperados	(10.054)	(2.952)
Saldo final do semestre	44.997	63.962

A provisão atingiu o saldo de R\$ 44.997 (30/06/2018 R\$ 63.962), correspondente a 1,3% (30/06/2018 2,0%) do total da carteira, desconsiderando o montante de relações interfinanceiras e garantias prestadas. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. No semestre, foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 10.936 (2018 R\$ 3.494) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 13.746 (2018 R\$ 1.699). Em 30/06/2019, não havia saldo de créditos renegociados (30/06/2018 R\$ 8.949). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

(06) CARTEIRA DE CÂMBIO

	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Câmbio comprado a liquidar	73.907	176.764	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	26.465	909
Direitos sobre vendas de câmbio	26.483	900	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	73.833	155.894
Adiantamentos recebidos	(1.880)	(900)	-	-
Adiantamentos s/contratos de câmbio	-	-	(50.700)	(152.042)
Rendas a receber	639	2.252	-	-
Total	99.149	179.016	49.598	4.761

(07) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30/06/2019	30/06/2018
Títulos e créditos a receber (i)	952.301	913.853
Créditos tributários (nota nº 8 "b")	81.489	88.609
Depósitos judiciais	46.195	43.474
Tributos antecipados	7.442	6.168
Outros	2.153	1.627
Total	1.089.580	1.053.731

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2018	Constituição	Realização	30/06/2019
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	11.576	2.451	(2.463)	11.564
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.812	17.296	(17.109)	17.999
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	34.052	-	(2.465)	31.587
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	116	3.361	(1.270)	2.207
Outros créditos tributários (i)	19.188	4.397	(5.453)	18.132
TOTAL - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	82.744	27.505	(28.760)	81.489
Obrigações fiscais diferidas	(2.621)	(5.429)	5.224	(2.826)

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS LÍQUIDOS DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

	30/06/2019	30/06/2018
FISCAIS DIFERIDAS	80.123	78.663
% sobre patrimônio líquido	5,6%	5,4%

(i) Composto, basicamente, por provisões com participação nos lucros dos funcionários, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoal.

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2019, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

Realização	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
	43%	21%	14%	12%	7%	3%

O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R\$ 68.404 (30/06/2018 R\$ 68.986). Em 30/06/2019, não existiam créditos tributários não ativados. Em 30/06/2018, os créditos tributários não ativados, referentes à majoração da alíquota da CSLL, totalizava R\$ 6.200.

(09) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Composição de recursos captados por faixas de vencimento:

	Realização				Total
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Depósitos interfinanceiros	1.950.335	23.430	-	-	1.973.765
Depósitos a prazo (i)	12.697	37.022	216.640	2.709	269.068
Total de depósitos	1.963.032	60.452	216.640	2.709	2.242.833
Captações no mercado aberto	1.780.287	-	-	-	1.780.287
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.169.242	2.511.232	3.452.776	41.838	7.175.088
Letras financeiras	1.002.452	2.056.011	3.324.563	41.838	6.424.864
Letras de crédito do agronegócio	166.790	455.221	128.213	-	750.224
Obrigações por empréstimos no país	-	322.311	-	-	322.311
Obrigações por empréstimos no exterior	30.327	11.935	-	-	42.262
Obrigações por repasses do país (ii)	48.988	147.984	377.525	287.316	861.813
Obrigações por repasses do exterior	41.150	44.944	25.203	-	111.297
Total - recursos captados	5.033.026	3.098.858	4.072.144	331.863	12.535.891
% Concentração por prazo	40,1%	24,7%	32,6%	2,6%	100,0%

	Realização				Total
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Depósitos interfinanceiros	1.476.574	12.445	10.314	-	1.499.333
Depósitos a prazo (i)	50.880	29.691	29.212	-	109.783
Total de depósitos	1.527.454	42.136	39.526	-	1.609.116
Captações no mercado aberto	1.495.110	-	-	-	1.495.110
Recursos de aceites e emissão de títulos	749.806	901.120	4.598.950	62.221	6.312.097
Letras financeiras	565.065	633.065	4.406.950	62.221	5.667.301
Letras de crédito do agronegócio	184.741	268.055	192.000	-	644.796
Obrigações por empréstimos no país	-	-	309.896	-	309.896
Obrigações por empréstimos no exterior	100.888	81.095	-	-	181.983
Obrigações por repasses do país	216.675	144.442	326.374	181.365	868.856
Obrigações por repasses do exterior	-	15.705	-	-	15.705
Total - recursos captados	4.089.933	1.184.498	5.274.746	243.586	10.792.763
% Concentração por prazo	37,9%	10,9%	48,9%	2,3%	100,0%

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 148.982 (30/06/2018 R\$ 106.636), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3. (ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 15/05/2026 à taxa pré-fixada de 4,50% até 7,00% ao ano, pós-fixada de 0,90% até 3,50% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09% até 4,97% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,65% até 2,88% ao ano mais Selic e pós-fixada de 2,30% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas do BNDES) e pós-fixada de 1,20% ao ano mais Dólar; Operações de FINAME, com vencimentos até 15/12/2025 à taxa pré-fixada até 16,14% ao ano, pós-fixada de 1,40% até 2,10% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 4,09% até 5,49% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,70% até 2,10% ao ano mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), pós-fixada de 2,00% ao ano mais Dólar e pós-fixada de 1,57% até 2,61% ao ano mais Selic.

(10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e contribuições a recolher	3.878	3.801
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 08"b")	2.826	860
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	256	-
Total	6.960	4.661

(b) Diversas:

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para riscos fiscais e previdenciárias (nota 11)	13.504	11.619
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	13.192	11.630
Provisão para garantias prestadas (nota 11)	7.346	11.628
Provisão para contingências trabalhistas (nota 11)	5.056	5.612
Provisão para contingências cíveis (nota 11)	3.005	1.273
Carteira de crédito - recursos em trânsito	2.643	4.560
Credores diversos	1.250	1.230
Total	45.996	47.552

(11) PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no semestre estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias			Prestação de Garantias (d)
	(a)	(b)	(c)	
Saldo inicial em 01/01/2019	12.541	5.384	3.055	7.960
(+) Complemento de provisão	678	4.015	-	1.151
(+) Atualização de provisão	285	-	-	-
(-) Reversão de provisão	-	(986)	(49)	(1.765)
(-) Baixa por pagamento	-	(3.357)	(1)	-
Saldo final em 30/06/2019	13.504	5.056	3.005	7.346

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial. As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas no exigível a longo prazo, na rubrica "provisão para contingências" do grupo "outras obrigações - diversas", e levam em conta as datas esperadas de pagamento. Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária classificados como risco de perda possível: O Banco possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, no montante de R\$ 1.133 (30/06/2018 R\$ 541). (b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensões direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "provisão para passivos contingentes" do grupo "outras obrigações - diversas", e leva em conta as datas esperadas de pagamento (vide nota explicativa nº 10 "b"). As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Banco a esse título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram, na data destas demonstrações financeiras, o montante de R\$ 2.454 (30/06/2018 R\$ 2.568). (c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "provisão para contingências" do grupo "outras obrigações - diversas". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram, na data destas demonstrações financeiras, o montante de R\$ zero (30/06/2018 R\$ 616), representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes. (d) A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os montantes garantidos eram de R\$ 1.841.214 (30/06/2018 R\$ 1.687.252) referente a fianças prestadas e de R\$ 24.386 (30/06/2018 R\$ 23.949) referente a créditos abertos para importação. As provisões constituídas eram de R\$ 7.300 (30/06/2018 R\$ 11.508) e R\$ 46 (30/06/2018 R\$ 120), respectivamente.

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** Dividido em 53.482.129 (30/06/2018 53.482.129) ações ordinárias e 35.118.455 (30/06/2018

35.118.455) ações preferenciais, sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, homologada pelo Banco Central do Brasil em 26/06/2019, aprovou o aumento do capital social para R\$ 697.200 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 18.200. (b) **Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro líquido do semestre	28.035	26.408
(-) Reserva legal	(1.402)	(1.320)
Lucro líquido ajustado	26.633	25.088
Juros sobre o capital próprio - valor bruto	5.327	8.279
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(799)	(1.242)
Juros sobre o capital próprio - valor líquido	4.528	7.037
% sobre o lucro líquido ajustado	17%	28%

Para o semestre, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 5.327 (2018 R\$ 8.279), correspondendo ao valor bruto de R\$ 151,68 (2018 R\$ 235,75) por lote de mil ações preferenciais. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado do Banco em R\$ 2.131 (2018 R\$ 3.726) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular BACEN nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

(c) Reserva de lucros:

	30/06/2019	30/06/2018
Reserva estatutária - para aumento de capital	494.568	477.907
Reserva estatutária - especial para dividendos	130.874	127.001
Reserva legal	94.318	91.435
Reserva de lucros a realizar (i)	34.444	34.444
Total	754.204	730.787

(i) A realização da reserva de lucros a realizar ocorre na medida em que as reservas de lucros nas controladas forem efetivamente realizadas ou distribuídas. No semestre, não foi realizada a parcela de reserva de lucros a realizar em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, tendo em vista que sua controlada BRI Participações Ltda. não distribuiu efetivamente parcela de seus lucros. (d) **Ações em tesouraria:** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 13 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o "Programa de Recompra" de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. Durante o 1º semestre de 2019, foram adquiridas 36.600 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 220. Em 30/06/2019, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON são de R\$ 5,80, R\$ 6,00 e R\$ 6,20, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2019, era de R\$ 6,66 por ação ON e R\$ 7,87 por ação PN.

(13) RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	1º semestre	
	2019	2018
Rendas de financiamentos	54.132	77.514
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	48.479	43.393
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12.864	1.158
Total	115.475	122.065

(14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	1º semestre			
	30/06/2019	30/06/2018	2019	2018
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	161	153	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	161	153	-	-
Banco Alfa S.A.	161	153	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	2.499.229	2.186.796	70.468	68.954
- Controlada	(1.086.593)	(705.626)	(30.385)	(24.265)
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(80.143)	(15.579)	(2.009)	(713)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(1.006.450)	(689.447)	(28.376)	(23.552)
- Outras partes relacionadas (1)	3.585.822	2.891.822	100.853	93.219
Banco Alfa S.A.	(45.800)	(56.382)	(1.406)	(1.361)
Finaceira Alfa S.A.-CFI	3.631.622	2.948.204	102.259	94.580
Aplicações (Captações) no mercado aberto	17.933	2.940	82	97
- Outras partes relacionadas (1)	17.933	2.940	82	97
Banco Alfa S.A.	17.933	2.940	82	97
Relações interfinanceiras - aquisição de ativos	94.301	-	704	-
- Outras partes relacionadas	94.301	-	704	-
C&C Casa e Construção Ltda.	88.202	-	665	-
Companhia Transamérica de Hotéis SP	1.555	-	3	-
Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda.	4.544	-	36	-
Negociação e intermediação de valores	(828)	123	-	-
- Controlada	(828)	123	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(828)	123	-	-
Outros créditos - aquisição de ativos	9.493	-	141	-
- Outras partes relacionadas	9.493	-	141	-
C&C Casa e Construção Ltda.	9.493	-	141	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.070)	(3.476)	-	(5.275)
- Controlada	1.814	1.007	-	-
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.814	750	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	257	-	-
- Controlador	(1.693)	(2.632)	-	(3.097)
Corumbal Participações e Administrações.	(1.692)	(2.630)	-	(3.094)
Pessoa física	(1)	(2)	-	(3)
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	(1.190)	(1.849)	-	(2.176)
- Outras partes relacionadas (1)	(1)	(2)	-	(2)
Pessoa física	(1)	(2)	-	(2)
Depósitos a prazo	(117.717)	(7.010)	(1.227)	(246)
- Controlada	(94.992)	-	(502)	-
Bri Participações Ltda.	(94.992)	-	(502)	-
- Pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.323)	(4.039)	(107)	(192)
- Outras partes relacionadas (1)				

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas. (2) Referem-se, basicamente, à sublocação de imóvel com empresas do Conglomerado Financeiro Alfa de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades do Conglomerado Financeiro Alfa. (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. No semestre, o montante registrado foi de R\$ 6.677 (2018 R\$ 6.217) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. O Banco não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. (b.1) Em 29/10/2018, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber: • Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito; • Artigo 7º: Limites - O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e; b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. (c) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30/06/2019: ordinárias 3,637%, preferenciais 26,288% e, do total de ações, 12,582%.

(15) GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco Corporativo: O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Conglomerado") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco. O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Conglomerado. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Conglomerado devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Políticas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração. O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Conglomerado. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração. Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Conglomerado mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital. **Risco de Mercado:** Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Conglomerado, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Conglomerado exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria. **Risco de Liquidez:** O Conglomerado deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Conglomerado deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações. **Risco de Crédito:** O Conglomerado tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas. **Risco Operacional:** O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Conglomerado, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores. O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Conglomerado, certificando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes. A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Conglomerado, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Conglomerado. **Risco Socioambiental:** O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Conglomerado visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

(16) ÍNDICE DE CAPITAL

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30/06/2019, atingiu índice de capital de 20,11% (30/06/2018 19,21%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2019, que equivale a 10,5% (PR 8,0% + ACP 2,5%).

Conglomerado Prudencial Alfa

	Prudencial (1)	
	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência - Nível I	2.450.766	2.342.884
Capital Principal	2.450.766	2.342.884
Patrimônio Líquido	2.491.173	2.383.277
(-) Ajustes Prudenciais	(40.407)	(40.393)
Patrimônio de Referência (PR)	2.450.766	2.342.884
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.187.135	12.196.421
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.464.382	10.007.077
Risco de Mercado	513.257	1.024.034
Risco Operacional	1.209.496	1.165.310
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	1.051.140	1.051.941
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	228.509	228.683
Índice de Basileia	20,11%	19,21%
Capital de Nível I	20,11%	19,21%
Capital Principal	20,11%	19,21%

(1) Conforme a Resolução BACEN nº 4.278, de 31/10/2013, a partir da data-base janeiro de 2015, o índice de capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial". Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN nº 3.748, de 26/02/2015, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30/06/2019, o Índice de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 14,24% (30/06/2018 15,83%). **Ajuste Prudencial:** Em atendimento à Resolução CMN nº 4.277, de 31/10/2013, com nova redação dada pela Resolução CMN nº 4.389, de 18/12/2014, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial. A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

(17) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Banco, com acompanhamento pela área de risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Banco. Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2019 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de swap e de opções, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços e correspondiam somente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:

(a) Instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2019	30/06/2018
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	3.443	10.165
Total	3.443	10.165
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	4.888	2.527
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	3.020	8.835
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(4.440)	(1.144)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(25)	(53)
Total	3.443	10.165

(b) Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação:

	30/06/2019			30/06/2018		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	100.000	109.237	111.809	100.000	100.589	100.464
Mercado interfinanceiro	100.000	107.394	107.394	100.000	100.536	100.511
Moeda estrangeira	300.000	322.311	322.311	300.000	309.896	309.896
Índices	57.187	62.820	64.893	70.561	82.767	84.360
Posição ativa	557.187	601.762	606.407	570.561	593.788	595.231
Pré	100.000	109.237	111.809	100.000	100.589	100.464
Mercado interfinanceiro	457.187	491.155	491.155	470.561	484.771	484.725
Posição Passiva	557.187	600.392	602.964	570.561	585.360	585.189
Total - contratos de swaps - exposição líquida	-	1.370	3.443	-	8.428	10.042
Prêmio de opções	-	275	-	-	106	123
Total	-	3.443	-	-	10.165	10.165

(c) Contratos de futuros:

	30/06/2019			30/06/2018		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de compra - DI	5.500	533.642	-	2.085	166.841	-
Compromissos de venda - DI	34.200	(3.299.800)	-	18.005	(1.766.014)	-
Compromissos de compra - Dólar	200	38.024	-	-	-	-
Compromissos de venda - Dólar	-	-	-	50	(9.712)	-
Total - contratos futuros	39.900	(2.728.134)	-	20.140	(1.608.885)	-

(d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

Ativo - Saldo a receber:

	Negociação	
	30/06/2019	30/06/2018
Swaps	7.908	10.097
Prêmios de opções	-	1.265
Total	7.908	11.362

Passivo - Saldo a pagar:

	Negociação	
	30/06/2019	30/06/2018
Swaps	4.465	55
Prêmios de opções	-	1.142
Total	4.465	1.197
Total geral	3.443	10.165

(e) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

	de 1 a 90 dias		de 91 a 360 dias		de 361 a 1.080 dias		Acima de 1.080 dias		Saldo em 30/06/2019	
	90 dias	360 dias	1.080 dias	1.080 dias	90 dias	360 dias	1.080 dias	1.080 dias	90 dias	360 dias
Swap	89	359	994	2.001	3.443	548	712	8.623	159	10.042
Prêmios de opções	-	-	-	-	-	-	123	-	-	123
Total	89	359	994	2.001	3.443	548	835	8.623	159	10.165

(f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º semestre					
	2019			2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(5.155)	-	(5.155)	9.206	(3.523)	5.683
Futuro	(6.192)	-	(6.192)	2.111	-	2.111
Prêmios de opções	271	-	271	8	-	8
Total	(11.076)	-	(11.076)	11.325	(3.523)	7.802

(g) O total do ajuste de marcação a mercado registrado no resultado foi de:

	1º semestre					
	2019			2018		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	603	-	603	(492)	(677)	(1.169)
Prêmios de opções	(401)	-	(401)	17	-	17
Total	202	-	202	(475)	(677)	(1.152)

(h) Análise de sensibilidade: Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, o Banco realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-lo a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa. O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Banco e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), a qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pelo Banco com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência da Instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Banco não acredita que possam ocorrer.

	30/06/2019					
	2019			2018		
	Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%
Pré-fixado	1.009.548	(1.541)	(1.630)	1.009.548	(1.541)	(1.630)
Total	1.009.548	(1.541)	(1.630)	1.009.548	(1.541)	(1.630)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas e classificadas na principal exposição.

(18) OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras despesas administrativas:

	1º semestre	
	2019	2018
Processamento de dados	(6.659)	(6.289)
Serviços técnicos especializados	(2.429)	(1.629)
Aluguéis	(2.085)	(2.411)
Serviços de terceiros	(1.224)	(1.284)
Depreciação e amortização	(760)	(668)
Vigilância e segurança	(727)	(695)
Propaganda e publicidade	(723)	(668)
Serviços do sistema financeiro	(700)	(971)
Viagem	(611)	(756)
Manutenção e conservação de bens	(240)	(459)
Comunicações	(175)	(495)
Outras despesas administrativas	(1.410)	(1.322)
Total	(17.743)	(17.647)

(b) Outras receitas operacionais:

	1º semestre	
	2019	2018
Rendas de títulos e créditos	27.967	23.561
Reversão de provisões para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas (i)	2.601	1.745
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.170	1.006
Outras	960	683
Total	32.698	26.995

(i) Conforme nota explicativa nº 11.

(c) Outras despesas operacionais

	1º semestre	
	2019	2018
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas (i)	(5.930)	(3.339)
Outras (ii)	(1.824)	(1.175)
Total	(7.754)	(4.514)

(i) Conforme nota explicativa nº 11. (ii) Incluem, principalmente, despesas com equalização de contratos e indenizações trabalhistas. **(d) Administração de recursos de terceiros:** O Banco administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios líquidos na data do balanço totalizavam R\$ 6.745.611 (30/06/2018 R\$ 6.956.870).

(e) Contratação de seguros: O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 90.035 (30/06/2018 R\$ 75.855) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (30/06/2018 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (30/06/2018 R\$ 2.000), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa. **(f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, informamos que o Banco não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.

(19) PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	Alfa Arrendamento Mercantil (a)	Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários		BRI Participações Ltda. (b)	Total
		Participações	Participações		
• Capital social	178.300	161.176	26.868		
• Patrimônio líquido ajustado	321.134	255.884	483.202		
• Resultado do semestre	(5.596)	7.637	4.503		
• Quantidade de ações ordinárias possuídas	10.416.839	8.000.000	—		
• Quantidade de ações preferenciais possuídas	985.392	8.000.000	—		
• Quantidade de cotas possuídas	—	—	26.867.343		
• % de participação	55,661	100,000	99,999		
• Resultado da avaliação	1º semestre/2019 (3.114)	7.637	4.503		9.026
	1º semestre/2018 3.539	3.158	10.908		17.605
• Valor contábil do investimento	Em 30/06/2019 178.746	255.884	483.197		917.827
	Em 30/06/2018 179.817	241.893	468.603		890.313

(a) O Banco possui participação direta na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. de 55,661% e indireta de 44,324% através da empresa BRI Participações Ltda., perfazendo o montante de 99,985%. **(b)** A BRI Participações Ltda. realiza gestão de recursos próprios (*cash company*), representados por aplicações financeiras. Possui participação de 44,324% na Alfa Arrendamento Mercantil S.A. no montante de R\$ 142.339 (30/06/2018 R\$ 143.913). **(c)** Os investimentos em sociedades controladas não sofreram alterações no decorrer do semestre.

(20) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	30/06/2019	30/06/2018
No início do período	715.885	340.037
Disponibilidade	2.834	2.694
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	713.051	337.343
No final do período	936.817	883.060
Disponibilidade	3.127	5.431
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	933.690	877.629
Aumento de caixa e equivalentes	220.932	543.023

(i) Referem-se a operações cujo vencimento na data da aplicação era igual ou inferior a 90 dias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente
Humberto Mourão de Carvalho
Rubens Garcia Nunes
Luiz Alves Paes de Barros
Fernando Pinto de Moura

DIRETORIA

Fabio Alberto Amoroso - Diretor Presidente
Adilson Augusto Martins Júnior
Antonio José Ambrozano Neto
Fabiano Siqueira Oliveira
Ana Paula Soler Moreno Fachim
Juscelino Silvio Florido
Rubens Bution

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
CRC 1SP 232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco Alfa de Investimento S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alfa de Investimento S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 5, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, divididos em nove faixas de risco, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. O Banco constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido à relevância das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação das operações de crédito, adiantamentos sobre os contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos, com base em amostragem, as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, tais como atraso na operação e deterioração das condições do tomador de crédito. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pelo Banco para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 tomadas em conjunto.

• Provisão e passivos contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 e nº 11, o Banco constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor das estimativas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pelo Banco. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas

demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A..

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 7 vezes no período de janeiro a junho de 2019, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê de Auditoria mantém perfeita sinergia com o Comitê de Riscos, tendo um membro em comum. Fez uma reunião semestral com o Diretor da área de Riscos obtendo uma visão estratégica geral, bem como, uma reunião com o Gerente Geral de Administração de Riscos, para um acompanhamento mais focado nos aspectos mais relevantes, e enquadramentos definidos pela Administração.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões, relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. A partir de 02 de julho de 2018, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir. O relatório semestral ICVM 505/2011 deverá conter informações detalhadas da área.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A..

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2019; e b) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999. Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do terceiro e quarto trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, do semestre encerrado em 30 de junho de 2019, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

Paulo Aluizio Machado de Andrade

Ciderlene Justino de Souza

Fernando Luiz Ramos Pompeia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Estudo Técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; (ii) o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30/06/2019, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e (iii) a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações preferenciais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

José Antonio Rigobello

Rubens Barletta

Valter dos Santos